

Fronteiras entre a escravidão e a liberdade: um estudo sobre a escravidão ilegal e a precariedade da liberdade na província do Ceará no século XIX

ANTONIA MÁRCIA NOGUEIRA PEDROZA\*

Este artigo analisa a história de Hypolita Maria das Dores, mulata que nasceu livre, foi escravizada e, por meio de uma ação de liberdade, recorreu à justiça para provar a ilegalidade de seu cativo e recuperar a sua liberdade e de seus filhos, no século XIX. O principal objetivo deste trabalho consiste em compreender os espaços de negociação da liberdade. O cenário inicial da história de Hypolita é a região do Pajeú. Na primeira década do século XIX, quando nossa personagem ainda não era nascida, o Pajeú era o lugar de morada de alguns dos seus ascendentes: o bisavô Geraldo, a avó Antônia, e lugar do nascimento de sua mãe, Maria das Dores. Nesse período, também viviam lá pessoas diretamente relacionadas à sua posterior escravização: sua madrinha Dona Joana Paula de Jesus e Ana Paula de Jesus filha de sua madrinha. Assim, o Pajeú insere-se como parte importante da história de Hypolita, na medida em que auxilia a compreensão da sua real situação jurídica, sendo essencial para ela adquirir documentos comprobatórios de sua liberdade.

O Pajeú localiza-se no Sertão de Pernambuco e compreende uma porção territorial com várias localidades. Flores foi seu primeiro núcleo populacional, originada oficialmente em 1783 e nomeada de Pajeú de Flores, mas habitada desde o século XVII. Em maio de 1856, Pajeú de Flores é mencionado como o lugar onde “tudo” começou, quando foi publicado no jornal *O Araripe* um protesto de João Pereira de Carvalho, suposto proprietário de Hypolita. Ele reclamava a respeito da denúncia feita na edição anterior do jornal pelos irmãos Gualter Martiniano de Alencar Araripe e Luis Pereira de Alencar, sobre a escravização ilegal da referida mulher. Nesse protesto, João Pereira escreveu sua versão sobre a genealogia de Hypolita, afirmando a legalidade da escravização de nossa personagem. Na versão do proprietário, todas as gerações descendentes de Antônia, avó de Hypolita, eram escravos de sua esposa Ana Paula de Jesus e, portanto, dele também. Negava assim, a existência de quaisquer dessas gerações terem conquistado a alforria, inclusive Maria das Dores, mãe de Hypolita.

Hypolita era criança quando se mudou do povoado “margens do Rio São Francisco” lugar em que nasceu para o Exu, com sua madrinha Joana e a família dela. O Exu apresenta-se

---

\* Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP.

no itinerário de Hypolita em dois momentos: o primeiro foi antes da sua escravização, embora já convivesse com aquele que mais tarde a escravizaria; o segundo, depois de sua escravização. Ela já estava vivendo escravizada e morando no Crato quando fugiu para Exu.

Aqui, o itinerário é tomado como aquele espaço percorrido tanto pelos sujeitos em liberdade, quanto pelos deslocamentos motivados pelas fugas, esconderijos e abrigos nas províncias do Ceará e Pernambuco. Essa geografia é delimitada não apenas pela circunscrição oficial, que estabelece limites e jurisdições das províncias. Sobre esses limites e jurisdições estão as propriedades e as relações de poder entre os proprietários. Desse modo, no caso que nos interessa aqui, Gualter e João Pereira possuíam propriedades de um e de outro lado da fronteira Pernambuco-Ceará, por onde circulavam, assumiam poder e cargos. Eles estabeleciam uma rede de famílias, aliados, protegidos e dependentes que desenhavam outro território, um território dentro da geografia.

O espaço descreve bem como o conjunto desse cenário não é somente geográfico. Ele é delineado pelo poder de famílias que estão contracenando com Hypolita. Os potentados locais são descendentes das famílias de povoadores e proprietários de terras dessas regiões, fato que interferiu pesadamente nas decisões da justiça local. Mesmo considerando que a decisão final do juiz fosse tomada de forma independente, a influência de pessoas poderosas na região (como era o caso de Gualter, curador de Hypolita) pressionava as autoridades sobre as questões judiciais, a exemplo do processo da nossa personagem, como veremos no terceiro capítulo. O caso de Hypolita, objeto de julgamento pela justiça de Ouricuri, envolve uma malha da justiça de duas províncias, em que até os presidentes dessas são chamados a intervir.

Crato e Exu (situados na divisa de duas províncias) compõem os principais espaços do itinerário de Hypolita. A unidade e as fissuras entre os dois lugares são dadas em parte pelo domínio de famílias proprietárias de terras e pelo modo como elas subordinam a justiça local. A história de Hypolita exemplifica as tensões, revelando ainda conflitos existentes dentro de uma mesma família, já que João Pereira, escravizador de Hypolita e morador do Crato, era primo legítimo dos irmãos Gualter e Luis Pereira, curadores de Hypolita e moradores do Exu. Os conflitos entre João Pereira e os irmãos Gualter e Luis Pereira são anteriores à história de Hypolita e envolvem antigas disputas por terras. Todavia, essas tensões ganharam uma maior repercussão quando entrou em cena a questão sobre a liberdade de Hypolita. O fato foi divulgado n' *O Araripe* com todas as nuances do seu processo de libertação, assim as matérias

publicadas tornaram públicas as rivalidades existentes entre esses senhores que compartilhavam de uma mesma identidade consanguínea.

Em 3 de maio de 1856, Hypolita Maria das Dores foi mencionada pela primeira vez n' *O Araripe*.<sup>1</sup> Na parte dedicada aos anúncios, os irmãos Luis Pereira de Alencar e Gualter Martiniano d' Alencar Araripe, proprietários de terras estabelecidos no Exu, denunciaram a escravização ilegal de Hypolita. Eles foram os curadores na ação de liberdade que ela moveu contra seu suposto proprietário, João Pereira de Carvalho.

Segundo os irmãos Gualter e Luis Pereira, João Pereira, com o maior “escândalo e astúcia”, teria reduzido Hypolita à condição de escrava, mesmo sendo ela filha de uma mulher liberta. Hypolita era uma mulher livre e não uma mulher forra ou escrava, pois a condição jurídica do rebento era definida a partir do ventre da mãe. O filho nascido de uma mulher escrava -, pelo menos até a Lei do Ventre Livre, de 1871 -, era legalmente um escravo, e o filho nascido de uma mulher liberta ou livre, era uma pessoa livre perante a lei. Daí a convicção com que os irmãos Luís Pereira e Gualter defendiam a liberdade de Hypolita.

Segundo os relatos jornalísticos d' *O Araripe*, sensibilizados com a infeliz condição de escrava a que a mulata era submetida, Gualter e Luís Pereira mandaram buscar os documentos comprobatórios de sua liberdade em “margens do Rio São Francisco”, lugar do nascimento de Hypolita. De acordo com os irmãos, no mesmo momento em que João Pereira de Carvalho tomou conhecimento da chegada desses documentos, este mandou levar a mulher para o Cariri.<sup>2</sup>

Os irmãos divulgaram a história n' *O Araripe*, prevenindo as autoridades a levarem em conta o fato e advertindo aos particulares a não fazerem negócios no que se referisse aos filhos de Hypolita<sup>3</sup>. Esse foi um dos momentos de separação entre Hypolita e sua família. A separação de parentes era um dos maiores momentos de tensão para a família escrava – voltaremos a esta questão posteriormente. Essa é apenas uma das versões dos fatos sobre a qual não podemos afirmar se é verdadeira. Nosso interesse aqui não é alcançar a verdade nas falas dos sujeitos, mas, antes, problematizá-las e analisá-las considerando nosso objeto de estudo.

---

<sup>1</sup> *O Araripe* foi fundado, redigido e publicado por João Brígido dos Santos.

<sup>2</sup> Não foi possível identificar, especificamente nessa situação, a localidade denominada de Cariri.

<sup>3</sup> ALENCAR, Luis Pereira de, ARARIPE, Gualter martiniano d' Alencar. Ex o – anúncio – do gosto de muita gente. *O Araripe*, Crato, 3 mai. 1856, p. 4.

Esse é o primeiro de muitos números em que *O Araripe* mencionou a história estudada. Durante quase três anos, entre 1856 e 1858, a luta de Hypolita pela liberdade teve espaço nas páginas desse jornal. No número referido acima, os irmãos Gualter e Luís Pereira colocaram-se na posição de defensores da causa de Hypolita, e essa é uma informação relevante de nossas fontes. Se recuarmos um pouco na data da primeira publicação n' *O Araripe* que faz referência à Hypolita, podemos observar indícios de rivalidade ou inimizade entre eles. Em 29 de março de 1856, pouco mais de um mês antes da publicação desse anúncio acerca da escravização ilegal de Hypolita, João Pereira expôs os nomes dos irmãos Gualter e Luís Pereira e declarava-os seus únicos inimigos, fazendo-lhes acusações. Dissera ele que os irmãos “procuram por todos os meios descartarem-se de mim, fiseram com que Luciano Pereira Lima vendesse um pedasso de terra de meo sitio a Luis Ferreira Dantas tendo pertencido a patrulha do facinora Moraes de Papacaça està hoje em luta com migo”.<sup>4</sup> Aqui, já se notam conflitos envolvendo a posse de terras, o que fica ainda mais notório quando João Pereira divulga que um dos objetivos dos irmãos era ficar “com parte de dito meo sitio”.<sup>5</sup> João Pereira aproveitara a oportunidade para alertar a população dizendo que se ele vier a ser “victima dos brutaeés desejos de meos inimigos, o publico fique certo qual o instrumento executor dos tenebrosos planos de meos públicos inimigos, os quaes são unicamente os Srs que a sima menciono”.<sup>6</sup>

O conteúdo e a data da publicação desse anúncio fornecem-nos sinais de uma rixa (relacionada, provavelmente, a conflitos familiares envolvendo disputas por terra) entre João Pereira de Carvalho e os irmãos Gualter e Luís Pereira, anterior à denúncia do cativo ilegal de Hypolita. Nesse anúncio, João Pereira fez graves acusações aos irmãos, atribuindo-lhes a responsabilidade dos males que lhe viessem a ocorrer, insinuando a possibilidade de seus citados inimigos praticarem violência contra ele. Era uma espécie de denúncia antecipada. Foi curto o intervalo entre esses dois anúncios. O número 38 d' *O Araripe* trazia essas acusações de João Pereira de Carvalho aos irmãos, e o número 43, a denúncia feita pelos irmãos com relação à escravização ilegal de Hypolita. O jornal era publicado semanalmente. Portanto, decorrera um prazo de apenas cinco semanas.

---

<sup>4</sup> CARVALHO, João Pereira de. Ao publico, e com especialidade aos meos fieis parentes e amigos. *O Araripe*, Crato, 29 mar. 1856, p. 4.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Idem.

Na história de Hypolita, além do julgamento oficial realizado pelo Juiz de Direito, podemos dizer que, por meio do jornal *O Araripe*, os litigantes tentavam fazer com que as ruas julgassem o caso. Mesmo o anúncio tendo sido publicado somente na semana seguinte, o intervalo entre as duas publicações referidas foi de pouco mais de um mês. Com base nisso, alguns questionamentos parecem-nos bastante plausíveis: quais foram as razões que levaram os irmãos a se empenharem tanto na luta pela liberdade de Hypolita? Fazer justiça? Terem se sensibilizado com a sua escravização ilegal? Esse é o argumento utilizado pelos irmãos. Ou então vingança, buscando atingir o suposto proprietário de Hypolita em virtude das acusações desfechadas por ele em anúncio anterior (já mencionado acima)? Conflitos familiares anteriores? Disputas por terra? Interesses em utilizar a mão de obra de Hypolita na sua produção de queijo?<sup>7</sup> Razões afetivas no que se refere à Hypolita?<sup>8</sup> Ou outros motivos?

As trocas de acusações continuaram e outros nomes foram sendo citados, conferindo complexidade à história. Essas pessoas escreveram para o jornal defendendo-se, discorrendo sobre a situação de Hypolita e de seus filhos, e proferindo novas acusações. Em certos momentos, a querela entre alguns dos grandes proprietários de Crato e Exu tornou-se tão intensa que parece que o foco se desvia o que nos conduz a outros questionamentos: teria sido Hypolita apenas uma pequena peça de um grande conflito entre esses proprietários? Teria sido Hypolita uma grande estrategista, que buscou, conscientemente, o auxílio das pessoas certas em sua luta pela liberdade? Ou terá sido apenas um golpe de sorte?

Não vamos, aqui, divagar acerca da sorte de Hypolita. Entretanto, quanto ao primeiro questionamento, existem muitos sinais de que os irmãos Gualter e Luís Pereira de fato lançaram mão de Hypolita como “arma de guerra” para atacar o inimigo. Esses sinais aparecem durante o período de quase três anos de publicações n’*O Araripe*, por meio das quais esses proprietários trocaram acusações entre si, fazendo uso da história da mulata como “pano de fundo.” Essa interpretação, considerada isoladamente, pode dar a entender que estamos colocando nossa personagem em posição de passividade, o que não se confirma: os indícios também apontam para as estratégias de liberdade utilizadas por Hypolita.

Sidney Chalhoub analisa várias histórias de escravos, revelando suas estratégias para obter a liberdade. O autor reconstitui histórias, procurando compreender a atuação e o

---

<sup>7</sup> Acusação feita aos irmãos Gualter e Luís Pereira por um dos filhos de João Pereira, o senhor João Pereira de Carvalho Filho. CARVALHO, José Pereira. *O Araripe*, 7 mar. 1857, p. 3.

<sup>8</sup> Está presente na memória da população de Exu que Gualter e Hypolita viveram um relacionamento amoroso. Apesar de este relacionamento ter sido negado pela família Alencar.

movimento dos indivíduos no processo de libertação. É a partir dessas pequenas narrativas que ele pretende captar uma lógica maior, envolvendo as mudanças ocorridas nos últimos anos da escravidão. Com relação às estratégias utilizadas por Hypolita, ela soube fazer uso da querela existente entre seu suposto proprietário e outros senhores em favor de sua liberdade. Bem relacionada com pessoas livres, portanto, favorecendo-se de mais uma estratégia de liberdade, recebeu o apoio das pessoas certas: os irmãos já mencionados; o padre Ferreira Lima-Verde, do Crato; um vigário de Exu, José Modesto Pereira de Brito; e seu pai, Francisco Pilé, que conseguiu o depoimento de vários moradores do povoado das “margens do Rio São Francisco” para testemunharem em seu favor na ação de liberdade.

Uma questão essencial para entender a história de Hypolita é pensar nas fronteiras entre a liberdade e a escravidão. Como foi possível uma mulher que nasceu livre tornar-se escrava? A década de 1850, período em que correu a ação de liberdade de Hypolita, caracterizou-se por intensos debates acerca da escravidão no país, particularmente em torno da lei do fim do tráfico e suas consequências, sobre a ingerência do Estado nos assuntos da escravidão, do direito à propriedade privada, deixando, desse modo, expostos os impasses a respeito dos encaminhamentos para uma libertação lenta e gradual dos escravos. Essas polêmicas já haviam ganhado espaço no parlamento na década de 1840 e se intensificaram nos últimos anos da escravidão. A década de 1850 foi também um período de intensas lutas contra a escravização ilegal.

No ano de 1852, em vários lugares do Brasil, manifestou-se um medo generalizado das pessoas de cor, livres e libertas, de serem escravizadas. Essa temática da precariedade da liberdade das pessoas de cor foi explorada por Sidney Chalhoub no livro *A força da escravidão* (2012). Ele partiu da narração e análise dos acontecimentos de 1852: o estopim que provocou a atuação coletiva dessas pessoas foi a entrada em vigor, em todo o Império, de um decreto do governo em janeiro daquele ano, que estabelecia a obrigatoriedade dos registros de óbito e nascimento. Outro decreto da mesma data estabelecia a obrigatoriedade da realização do recenseamento do Império. Populações de cor de várias províncias, como Alagoas, Piauí e Pernambuco rebelaram-se contra a obrigatoriedade dos registros, pelo medo de serem escravizadas. Os motins provocaram mortes em várias províncias. A justificativa dos revoltosos para os atos era a relação que faziam entre as leis de obrigatoriedade dos registros de óbito e nascimento e o recenseamento com a Lei de 1850, que determinava o fim do tráfico. Com a proibição de traficar escravos, as pessoas livres de cor e seus descendentes

acreditavam que seriam escravizadas e esses registros seriam utilizados para legitimar e organizar a escravização. O presidente da província de Minas Gerais relatou que essa convicção das pessoas de cor teria sido ocasionada por alguns homens no Pernambuco, que se aproveitaram da ignorância dos negros para persuadi-los a se rebelarem contra as medidas do Estado. Apesar disso, Chalhoub pôde concluir em seu estudo que “o medo de ser reduzido ao cativeiro se lhe afigurava como um sentimento popular autêntico”, não se tratando, segundo o autor, de “algo exógeno”. (CHALHOUB, 2012:24) Os acontecimentos de 1852 apresentados por Chalhoub e a própria história de Hypolita revelam a instabilidade vivida pelas pessoas de cor, sempre ameaçadas pela real possibilidade de serem escravizadas. Também sugerem o quanto era frágil a condição social dessas pessoas e a necessidade e dificuldade constante da manutenção da liberdade, não apenas por parte dos libertos, mas também dos livres de cor, como Hypolita.

Outro elemento importante que pode iluminar o entendimento da história de Hypolita é a reflexão sobre o cotidiano e as relações de trabalho. O que significava ser escravo no Crato no século XIX? E o que significava ser livre e pobre? Existia algum tipo de ambiguidade nessas relações? Darlan de Oliveira Reis Junior, ao desenvolver um estudo dos inventários *post mortem* de Crato, do período de 1850 a 1860, analisando a mediana de valor dos bens arrolados, identificou um expressivo valor atribuído aos escravos, chegando esses a representar 15% do valor total dos bens inventariados. Conforme o autor, esses valores eram “seguidos pelo gado com quase 9% e pela terra com 4,82%. A lavoura correspondia, por sua vez, a apenas 0,4% da riqueza dos inventariados da época considerada”. (REIS JUNIOR, 2010:11)

Em Crato, no período do processo de liberdade de Hypolita e seus filhos, entre 1856 a 1858, os escravos representavam os bens de valor mais expressivos nas propriedades. Momento em que o Ceará vivia sob os impactos provocados pelo fim do tráfico de escravos, estes se tornavam peças cada vez mais caras para seus senhores. Com uma mão de obra escassa, seria difícil para os proprietários admitirem perder seus escravos, principalmente em situações de fugas ou lutas judiciais sem pagamento pelo valor desses, como é o caso de Hypolita. Darlan Reis Junior observou que, não raro, em Crato, no referido período, um escravo possuía valor maior do que a soma de todos os outros bens da propriedade. A mão de obra cativa era utilizada, sobretudo, na agricultura, principal atividade econômica da cidade, que recebia o apoio d’ *O Araripe*. Essa pode ter sido a razão ou uma das razões que

impulsionaram João Pereira a contratar o serviço de dois advogados para defender seus interesses na luta judicial que discutia a condição jurídica de Hypolita, um investimento para legitimar a sua posse sobre a mulata e seus filhos. Ana Sara Parente Cortez, em dissertação sobre a família escrava no Crato na segunda metade do século XIX, analisa o mundo do trabalho dos escravos e livres pobres. De acordo com ela, não havia uma rígida divisão social do trabalho, “tanto uma categoria como outra realizavam quaisquer ocupações, ou seja, partilhavam o mundo do trabalho”. (CORTEZ, 2008:81)

Logo após Gualter e Luis Pereira, denunciarem a escravização ilegal de Hypolita n’*O Araripe*, João Pereira, o suposto escravizador, utilizou o mesmo meio, a imprensa, para negar a condição de livre da mulher e para se defender das acusações que lhe eram dirigidas. Na mesma ocasião, ele dirigiu novas acusações aos irmãos: “Mui compadecidos estão hoje os Srs. Annunciantes pelo jugo da escravidão, como disem no seo manifesto; e porque não se compadeceram d’aquellas tres miseras filhas de Antonio Felipe morador na Carnahiba do Exú, que o Sr Gualter suffocou”.<sup>9</sup> Na versão de João Pereira, essas três filhas de Antonio Felipe eram escravas em fuga e Gualter as teria capturado e levado de volta ao proprietário somente em troca de uma recompensa. João Pereira prosseguiu com acusações aos irmãos que envolviam escravos e com indagações recorrentes, visto que os irmãos não teriam se compadecido de “Rimunda de tal, a quem depois de cortarem o cabello, e surrarem sem piedade, infrigiraõ hum castigo sò usado nos tempos bárbaros isto é, quebrado-lhe dente por dentes; de Delfina de tal, e de Theresa Murixaha, que quase exuira a golpe de chicote”.<sup>10</sup> Também foram feitas aos irmãos perguntas em tom de acusação envolvendo pessoas livres e pobres, como mostra a passagem abaixo:

porque se não compadecerão dos miseráveis Gonçalo Boquinha, e Antonio Francisco, e Antonio Bernardo, e do pardo Bonifacio, que ali foram açoutados e espancados; [...] do filho do velho Geraldo torto que pagou com a vida hum bode e hum peru, que a miseria o fes comer; [...] e em fim de huma infinidade de outras victmas da oligarchia do Exú [...] Porque não se teem compadecido da pobre Luiza que seo cunhado Cornelio ainda mesmo depois de ter sabido, que não era cativa, a quis dar em dote a huma das suas filhas, e a subjuga como escrava? [...].<sup>11</sup>

Essas são algumas das muitas acusações feitas por João Pereira aos irmãos Gualter e Luís Pereira. Um universo de tensão, violência e ambiguidade é desvelado nas páginas de *O*

---

<sup>9</sup> CARVALHO, João Pereira de. Protesto. *O Araripe*, 10 mai. 1856, p. 3,4.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Idem.

*Araripe*. As cenas de violência contra escravos e livres pobres, descritas por João Pereira, são indícios de um cotidiano, se não semelhante, pouco diferente entre livres pobres e escravos: os primeiros, vivendo na miséria, sendo espancados e escravizados; os últimos, recebendo castigos excessivos.

João Pereira devolveu a acusação ao acusador Gualter, desafiando-o a responder por que não se compadeceu de Luiza, pessoa livre que Cornélio (cunhado de Gualter) tentou escravizar e entregar como dote para uma de suas filhas. Com isso, ele nos sugere comportamentos comuns a escravizadores e eventuais protetores de livres escravizados. Cacilda Machado realizou um estudo demográfico, econômico e social sobre a freguesia de São José dos Pinhais, no início do século XIX. Ao reconstituir trajetórias domiciliares – por meio do cruzamento das listas nominativas com registros paroquiais –, ela identificou que nos cálculos senhoriais incluía-se a doação de escravos como dote para as filhas. A autora conclui que se tratava de uma iniciativa dos proprietários “a fim de ajudar a constituir novos plantéis [na família], e também uma certa preocupação em privilegiar a filha solteira, por ocasião da partilha dos escravos a serem herdados”. (MACHADO, 2008:103)

Essa prática de doar escravos, ainda crianças ou jovens, para os filhos e filhas foi comum entre escravistas, donos de pequenas escravarias, ela garantia a possibilidade de os filhos construírem algum patrimônio, nos casos em que os pais não possuíam uma herança considerável para deixar-lhes. Nesse momento, mais importante do que analisar a prática da doação de escravos como dote é refletir sobre a escravização de pessoas livres. Não analisaremos a história de Luiza, mas esse fato fortalece a nossa hipótese da existência de uma estreita diferenciação social entre escravos e livres pobres, e da existência de relações sociais ambíguas, das quais Luiza e Hypolita são exemplos. Exemplos estes que se repetiram bastante na província do Ceará.

A trajetória de sua luta contra a escravidão, que analisamos neste estudo de caso, revela que eram tênues as fronteiras entre a liberdade e o cativo. Tal fato ilumina a existência de um trânsito permanente no mundo da escravidão, principalmente, pelas pessoas de cor, ora livres ou libertas, ora escravas, ora livres novamente. Esse trânsito da condição social dessas pessoas, revela ainda que a liberdade era frágil e não estava disponível para as pessoas de cor que constantemente tinham seus direitos de cidadania desrespeitados.

Por ora, para finalizar, é preciso mencionar que este estudo compreende apenas a primeira instância da ação de liberdade de Hypolita. Deste modo, identificamos e analisamos

alguns acontecimentos de sua vida: a realidade local que possibilitou a sua escravização, a negociação da sua liberdade e a dos seus filhos, os conflitos travados com João Pereira, os conflitos entre os grandes proprietários de Crato e de Exu, envolvendo sua história, mas também por razões anteriores à sua luta pela liberdade. Em suma, reconstituímos traços da vida de Hypolita. Entretanto, muitos outros fragmentos continuam no obscuro, ainda por se revelar: Hypolita terá conquistado em outras instâncias, a sua liberdade e a dos seus filhos? Afinal, o que aconteceu com Hypolita? Como disse o poeta Rainer Maria Rilke, “as coisas estão longe de ser todas tangíveis e dizíveis quanto se nos pretenderia fazer crer.” (RILKE, 2001:25) Rilke referia-se às palavras de crítica às obras de arte. Nós pensamos o processo histórico. Procuramos, neste estudo, historicizar fragmentos da vida de Hypolita.

## REFERÊNCIAS

ARRAIS, Raimundo. *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas na escravidão da corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990a.

\_\_\_\_\_. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. *Cabras, caboclos, negros e mulatos: a família escrava no Cariri Cearense (1850-1884)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2008.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4. ed. São Paulo: Global, 2010.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Edição on-line. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. Natureza e trabalho no Cariri cearense. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* - ANPUH, São Paulo, 2011a.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores do agrário no Cariri cearense oitocentista. *Anais do II Simpósio de História do Maranhão oitocentista*, Maranhão, 2011b.

\_\_\_\_\_. Trabalho e uso da terra no Cariri cearense. *Ponencia apresentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural*, Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/08/GT11-Darlan-de-Oliveira-Reis-Junior.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

RILKE, Rainer Maria. *Cartas a um jovem poeta*. 2. ed. Trad. Paulo Rónai e Cecília Meireles. São Paulo: Global, 2001.

SAAVEDRA, Renata Franco. População, recenseamento e conflito no Brasil Imperial: o caso da 'Guerra dos Marimbondos'. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro- RJ, 2011.